

Walber de Moura Agra

TEMAS POLÊMICOS DO DIREITO ELEITORAL



O presente trabalho se destina a todos os operadores de Direito Eleitoral, de forma indistinta. Nos artigos que compõem a presente obra, tenciona-se palmilhar pelos pontos mais problemáticos no que concerne aos pleitos eleitorais, mostrando cada nuance sob vários prismas, para que o leitor possa chegar a suas próprias conclusões.

Na época hodierna, sabe-se do vulto em que se transformou a Justiça Eleitoral, principalmente depois da denominada “Lei da Ficha Limpa”, fazendo com que ela assuma relevante papel nas eleições. Contudo, há uma carência muito grande na construção de uma teorética séria a respeito da matéria, que não fique ao alvedrio de jurisprudências cambiantes. Um dos objetivos do trabalho é contribuir para que a teoria eleitoral possa ser densificada.

WALBER DE MOURA AGRA

TEMAS POLÊMICOS DO DIREITO ELEITORAL

Área específica:

Direito Eleitoral.

Áreas afins:

Direito Público. Direito Constitucional. Ciência Política.

Público-alvo:

Operadores do Direito Eleitoral.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000325

A277t Agra, Walber de Moura

Temas polêmicos do direito eleitoral / Walber de Moura Agra. – Belo Horizonte: Fórum, 2012.

196 p.
ISBN 978-85-7700-590-1

1. Direito eleitoral. 2. Direito público 3. Direito constitucional. 4. Ciência política. II. Título.

CDD: 341.28
CDU: 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Temas polêmicos do direito eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 196 p. ISBN 978-85-7700-590-1.

Walber de Moura Agra

Mestre pela UFPE. Doutor pela UFPE/ Università degli Studi di Firenze. Pós-Doutor pela Université Montesquieu Bordeaux IV. Procurador do Estado da Pernambuco. Conselheiro Seccional da OAB/PE. Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/PE. Advogado.

SUMÁRIO DO LIVRO:

INCONSTITUCIONALIDADES DA INCIDÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2010

- Introdução
- 1 Moralismo *versus* Estado de Direito
- 2 O caráter alopoético e autopoético do STF
- 3 Princípio da anterioridade eleitoral
- 4 Conceito de inelegibilidade
- 5 Da natureza da inelegibilidade como sanção
- 6 Retroatividade da Lei Complementar nº 135
- 7 Ato jurídico perfeito e coisa julgada
- 8 Impedimento de dupla punição – *ne bis in idem*
- 9 A judicialização das contendas eleitorais
- Conclusão
- Referências

BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA

- 1 Histórico da Justiça Eleitoral no Brasil
- 2 Brasil Colônia
- 2.1 As leis eleitorais no Império
- 2.2 Lei dos Círculos
- 2.3 Lei do Terço
- 2.4 Lei Saraiva
- 3 História da legislação eleitoral na Primeira República
- 3.1 Lei Rosa e Silva
- 3.2 Da Justiça Eleitoral e do Código de 1932
- 3.3 Código de 1935 e Constituição de 1937
- 3.4 Código Eleitoral de 1945
- 3.5 Código Eleitoral de 1950
- 3.6 Código Eleitoral de 1965
- 3.7 Lei das Inelegibilidades (LC nº 64/90)
- 3.8 Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95)
- 3.9 Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97)
- 3.10 Minirreforma Eleitoral (Lei nº 12.034/09)
- 3.11 Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/10)
- Referências

A PANACEIA DOS SISTEMAS POLÍTICOS

- 1 Democracia
- 2 Reforma política
- 3 Sistema eleitoral
- 4 Sistema majoritário
- 5 Sistema proporcional
- 6 Sistema de voto distrital
- 7 Voto proporcional em lista fechada *versus* lista aberta
- Conclusão
- Referências

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 1 Financiamento de campanha
- 2 Doações e contribuições de campanha
- 3 Prestação de contas de candidatos
- 4 Exame da prestação de contas pela Justiça Eleitoral
- 5 Rejeição de contas

DO DIREITO DOS PARTIDOS À VAGA DOS SUPLENTE

- 1 Da importância dos partidos políticos no Brasil
- 2 Os partidos políticos e a soberania popular
- 3 Bloco de constitucionalidade
- 4 Da possibilidade de mutabilidade das decisões do Poder Judiciário
- 5 Natureza da coligação
- 6 Atestação que a vaga pertence ao partido político

- 7 Da pertinência do mandato ao partido
- 8 Análise dos Mandados de Segurança nº 30.260 e nº 30.272 pelo STF: mutação constitucional ou ativismo judicial?
- Conclusão
- Referências

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE ARRECADAÇÃO E GASTOS – ANÁLISE DO ART. 30-A DA LEI ELEITORAL

- 1 Origem do art. 30-A
- 2 Questões processuais
- 3 Proporcionalidade e as sanções previstas no art. 30-A
- 4 Procedimento do art. 22 da LC nº 64/90
- Conclusão
- Referências

DA INELEGIBILIDADE POR REJEIÇÃO DE CONTAS POR PARTE DE PREFEITOS MUNICIPAIS

- 1 Pressupostos para a incidência da inelegibilidade por rejeição de contas
- 2 Conceito de irregularidade insanável
- 3 Da necessidade de configuração de ato doloso de improbidade administrativa
- 4 Da necessidade de decisão irrecorrível por órgão competente
- 5 Da inexistência de provimento judicial suspensivo
- 6 Da necessidade da atividade desenvolvida ser de ordenador de despesa
- 7 Da imputação de inelegibilidade
- Referências

A TAXIONOMIA DAS INELEGIBILIDADES

- Introdução
- 1 Condições de elegibilidade
- 2 Conceito de inelegibilidade
- 3 Inelegibilidade absoluta e relativa
- 4 Inelegibilidades constitucionais
- 5 Inelegibilidade infraconstitucional
- 6 Inelegibilidades inatas e cominadas
- 7 A inelegibilidade como situação jurídica
- 8 O caráter de sanção da inelegibilidade cominada
- Conclusão
- Referências

AIJE – AIME – DELINEAMENTOS GERAIS

- 1 Processo eleitoral
- 2 Natureza e conceito das ações
- 3 Conceituação da Ação de Investigação Judicial Eleitoral
- 4 Hipóteses de cabimento
- 5 Causa de pedir
- 6 Natureza jurídica da AIJE
- 7 Legitimidade ativa
- 8 Legitimidade passiva
- 9 Necessidade de citação do vice: litisconsórcio facultativo ou necessário?
- 10 Lapso temporal
- 11 Procedimento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral
- 12 Eficácia imediata das decisões em AIJE
- 13 Conceito e fator teleológico da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo
- 14 Inversão hermenêutica
- 15 Cabimento e natureza da AIME
- 16 Legitimação ativa
- 17 Legitimidade passiva
- 18 Competência
- 19 Campo de incidência
- 20 Procedimento da AIME
- 21 Diferenças e simetrias entre AIJE e AIME
- Referências